



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**LEI MUNICIPAL Nº 773/2002, de 29 de outubro de 2002.**

**Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2003 e dá outras providências.**

## **O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:**

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, para elaboração dos orçamentos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, relativos ao exercício de 2003, as diretrizes de que trata esta Lei e as metas prioritárias constantes dos Anexo 1.

**§ 1º** Fica estabelecido como parte integrante da presente Lei o Anexo 2, de metas fiscais, conforme § 1º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, compreendendo:

- I - Mod. 6 - RREO - TCE - Apuração Receita Corrente Líquida;
- II - Mod. 3 - RREO - TCE - Demonstrativo Resultado Nominal e Primário;
- III - Mod. 6 - PMNH - Consolidação da Dívida Pública;
- IV - Mod. 7 - RGF - TCE - Demonstrativo de Despesa Total com Pessoal;
- V - Mod. 9 - PMNH - Metas Fiscais da Receita;
- VI - Mod. 10 - PMNH - Demonstrativo da Aplicação de Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos;
- VII - Mod. 10 - PMNH - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Municipal;
- VIII - Mod. 11 - PMNH - Demonstrativo Variações Patrimoniais;
- IX - Mod. 12 - PMNH - Anexo de Metas Fiscais da Despesa.

**§ 2º** Integra a presente Lei o Anexo 3, de Riscos Fiscais.

**Art. 2º** A partir das prioridades e objetivos constantes do Anexo de metas prioritárias desta Lei, serão elaboradas as propostas orçamentárias para 2003, de acordo com as disponibilidades de recursos financeiros que trata o artigo 3º adiante.

**§ 1º** Os investimentos em fase de execução já existente terão preferência sobre os novos projetos.

**§ 2º** A programação de novos projetos não poderá se dar à custa de anulações de dotações destinadas a investimentos em andamento, em consonância com o artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

...  
"Doe Sangue, Doe Órgãos, SALVE UMA VIDA"  
(Lei Municipal nº 31/98, de 19 de maio de 1998)

P.L. nº 165/134/2002



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

2

...

**§ 3º** O pagamento dos serviços da dívida de pessoal e de seus encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

**Art. 3º** A receita prevista para o exercício de 2003 referente a Administração Direta está estimada em R\$ 155.814.000,00, e referente a Administração Indireta, Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor Municipal - IPASEM estimada em R\$ 24.924.100,00, e Hospital Municipal de Novo Hamburgo estimada em R\$ 10.000.000,00, devendo ter a seguinte destinação:

- I - para reserva de contingência, atendendo aos dispostos no inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- II - para atendimento da manutenção da administração dos órgãos municipais, será no valor suficiente para atender as despesas de funcionamento dos órgãos;
- III - para o atendimento de programas de custeio, continuado ou não, dirigidos diretamente ao atendimento da população e comunidade, será no valor que atenda aos programas propostos;
- IV - para investimento até o montante do saldo dos recursos estimados.

**Parágrafo único.** A reserva de contingência terá aplicação na forma da letra "b", do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 4º** Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

**Art. 5º** As receitas e as despesas dos orçamentos da Administração Direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Município e empresas dependentes, serão classificadas e demonstradas segundo a legislação em vigor.

**§ 1º** Conforme artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverão ser elaborados e publicados até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

**§ 2º** Atendendo ao artigo 13 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, no prazo estipulado no artigo 8º, as receitas previstas serão desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

**§ 3º** Os recursos vinculados serão utilizados unicamente para atender os objetivos das suas vinculações, ainda que em exercício diverso daquele que aconteceu, de acordo com o parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

**§ 4º** Conforme artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, quando verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não atendeu as metas de resultado primário e nominal, os poderes promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira nos critérios estabelecidos nesta Lei.

**§ 5º** Para efeito da limitação de empenho, que trata a letra "b" do inciso I do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, será utilizado o seguinte critério:

- I - corte das despesas de equipamentos e material permanente;

...

"Doe Sangue, Doe Órgãos, SALVE UMA VIDA"  
(Lei Municipal nº 31/98, de 19 de maio de 1998)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

3

...

II - diminuição dos contratos de mão-de-obra terceirizada;

III - corte das despesas de custeio.

§ 6º Para efeito do § 2º do artigo 9º e § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, considerar-se-á irrelevante a despesa de caráter não continuado de até R\$ 8.000,00 realizada na manutenção de órgãos municipais.

§ 7º Ao final dos quadrimestres de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo Municipal demonstrará em audiência pública na Câmara Municipal o cumprimento das estimativas realizadas.

Art. 6º Nos projetos de leis orçamentárias as receitas e despesas serão apresentadas em valores do mês de julho de 2002 e serão automaticamente corrigidas pela variação da URM - Unidade de Referência Municipal, no período compreendido entre os meses de agosto a dezembro de 2002.

Art. 7º Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributária, especificamente sobre:

I - consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do Município;

II - adequação da legislação tributária municipal às eventuais modificações da legislatura federal;

III - revisão dos índices já existentes que são indexadores de tributos, tarifas, multas e criação de novos índices;

IV - as isenções e incentivos fiscais nos termos do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 virão acompanhados de estimativa de impacto financeiro, demonstrando as medidas compensatórias, sendo aceitos, apenas, o aumento permanente da receita e a diminuição permanente da despesa.

Art. 8º As alterações na legislação tributária vigente serão propostas mediante projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal até 1 mês antes do encerramento do exercício e deverão ser apreciadas antes da aprovação da proposta orçamentária.

Art. 9º Nos projetos de lei orçamentária constarão as seguintes autorizações:

I - para abertura de créditos suplementares;

II - para a realização de operações de créditos com destinação específica e vinculada ao projeto, nos termos da legislação em vigor, em especial a Seção IV, Subseção I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

III - para realização de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária nos limites e prazos estabelecidos pela legislação em vigor, em especial a Seção IV, Subseção III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 10. As transferências de recursos ou benefícios a entidades privadas e às pessoas de acordo com o artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 atenderão as exi-

...

"Doe Sangue, Doe Órgãos, SALVE UMA VIDA"  
(Lei Municipal nº 31/98, de 19 de maio de 1998)



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

4

...  
gências do plano de auxílios do Município, artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e leis municipais nºs 70/91, 05/92, 27/92 e 113/93.

**Art. 11.** Para haver contribuição para o custeio de despesas de outros entes da federação deverá atender ao artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, ao artigo 62 e a letra “f” do inciso I do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 12.** Ficam o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a:

- I - prover os cargos e funções vagos nos termos da legislação vigente;
- II - conceder aumento de remuneração, ou outras vantagens, mediante autorização legislativa específica.

**Art. 13.** A criação de cargos, a alteração de estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título, concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração só poderão ser feitos se houver prévia dotação orçamentária para atender às projeções de pessoal, e aos acréscimos dela decorrentes, e ao disposto na Seção II e artigos 70 e 71 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 14.** As despesas com pessoal elencadas no artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 não poderão exceder o limite previsto no artigo 20, III, letras “a” e “b”, da referida Lei.

**Art. 15.** É considerado objetivo da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando:

- I - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores através de programas informativos, educativos e culturais;
- II - melhorar as condições de trabalho, especialmente no que concerne à saúde, alimentação e segurança;
- III - capacitar os servidores para melhor desempenho de funções específicas;
- IV - racionalização dos recursos materiais e humanos visando diminuir os custos e aumentar a produtividade e eficiência no atendimento dos serviços municipais;
- V - o Poder Executivo Municipal deverá, em conformidade com a letra “e”, do inciso I, do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, desenvolver sistema gerencial e de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária e o resultado alcançado.

**Art. 16.** O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios com outras esferas de governo para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos somente após o efetivo recebimento dos recursos, conforme letra “f” do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**Art. 17.** O Poder Executivo Municipal não repassará recursos aos órgãos que, possuindo tesouraria e/ou contabilidade descentralizadas, não tiverem prestado contas até o 10º dia útil do mês subsequente.

...

“Doe Sangue, Doe Órgãos, SALVE UMA VIDA”  
(Lei Municipal nº 31/98, de 19 de maio de 1998)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

5

...

**Art. 18.** O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo 30 dias antes do prazo final da elaboração da proposta orçamentária, os estudos e as estimativas da receita, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo do exercício em vigor, para que, nos termos do artigo 29 da Emenda Constitucional n.º 25 e do § 3º do artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, possa encaminhar sua proposta orçamentária.

**Art. 19.** No prazo até 30 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo Municipal desdobrará em metas bimestrais a arrecadação prevista, especificando quando cabível as medidas de combate à evasão e sonegação enumerando valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

**Art. 20.** No controle de custos e na avaliação de resultados dos programas constantes do orçamento municipal, será demonstrado através de normas de controles internos instituídos pelo Poder Executivo Municipal, de acordo com a letra “e” do inciso I do artigo 4º Lei Complementar nº 101/2000, que vigorarão também no Poder Legislativo, conforme o *caput* do artigo 31 da Constituição Federal.

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO,  
aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de 2002.

  
JOSE AIRTON DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

  
MARCOS ITAMAR NUNES DA ROCHA  
Secretário de Administração